|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO  | 1000139883/2021 |
| PROTOCOLO | 1433910/2021 |
| INTERESSADO | F. E B. S. D. A. LTDA (B. F. A. E U.) |
| ASSUNTO | AUSÊNCIA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA  |
| RELATORA | CONS. PATRÍCIA LOPES SILVA |

|  |
| --- |
| **RELATÓRIO** |

Trata-se de processo de fiscalização, originado por meio de rotina fiscalizatória, em que se averiguou que a pessoa jurídica F. E B. S. D. A. LTDA (B. F. A. E U.), inscrita no CNPJ sob o nº 34.150.456/0001-50, teria exercido atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU.

Nos termos do art. 13, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, o Agente de Fiscalização do CAU/RS efetuou, em 12/11/2021, a Notificação Preventiva (doc. 005), intimando a parte interessada a adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para regularizar a situação ou apresentar contestação escrita.

Notificada (doc. 006), em 22/11/2021, a parte interessada respondeu por e-mail, justificando seu desconhecimento, mas informando que entraria em contato para proceder à regularização; porém, a empresa não finalizou o registro até findado o prazo.

Em razão da ausência de regularização da situação averiguada, nos termos do art. 15, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, o Agente de Fiscalização do CAU/RS lavrou, em 09/12/2021, o Auto de Infração (doc. 007), fixando a multa no valor de R$ 2.857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), e intimou a parte interessada a, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da multa aplicada e regularizar a situação averiguada ou apresentar defesa à Comissão de Exercício Profissional - CEP-CAU/RS.

Intimada (doc. 010), em 09/12/2021, a parte interessada retornou com a defesa (doc. 010), nesta mesma data, através de e-mail informando que já havia iniciado o processo e juntada de documentação para regularização da empresa junto ao CAU, e apenas estava faltando o pagamento do boleto referente a RRT de Cargo e função, o qual ela fez na mesma data 09/12/2021, enviando o comprovante em anexo.

O processo de regularização no sistema se concretizou na data de 11/02/2022.

O processo, então, foi submetido à CEP-CAU/RS para julgamento, com base no art. 19, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, que diz que compete a essa Comissão decidir pela manutenção ou arquivamento do processo.

É o relatório.

|  |
| --- |
| **VOTO FUNDAMENTADO** |

Da análise do conjunto probatório existente nos autos, depreende-se que a pessoa jurídica foi constituída tendo como atividade principal “*Serviços de Arquitetura*”, conforme CNPJ (doc. 001), e, em seu objeto social, consta que a empresa foi constituída para o fim de *“EMPRESA DE ARQUITETURA E SERVIÇOS DE DESENHO TECNICO RELACIONADOS A ARQUITETURA*”, conforme JUCISRS (doc. 002), as quais se constituem como atividades privativas da profissão de arquitetura e urbanismo e estão sujeitas à fiscalização do CAU/RS.

Ressalta-se que é dever das pessoas jurídicas efetuar e manter ativo o registro nos Conselhos de Fiscalização Profissional, nos termos do art. 1º, da Lei nº 6.839/1980, o qual estabelece a atividade básica desenvolvida ou o serviço prestado a terceiros como critério definidor da obrigatoriedade de registro das empresas nas entidades competentes para a fiscalização, conforme segue:

*Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.*

Salienta-se que o art. 7º, da Lei nº 12.378/2010, estipula:

*Art. 7º Exerce ilegalmente a profissão de arquiteto e urbanista a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, privativos dos profissionais de que trata esta Lei ou, ainda, que, mesmo não realizando atos privativos, se apresenta como arquiteto e urbanista ou como pessoa jurídica que atue na área de arquitetura e urbanismo sem registro no CAU.*

Além disso, a Resolução do CAU/BR nº 028/2012, que trata do registro de pessoa jurídica no CAU, assim estabelece:

*Art. 1° Em cumprimento ao disposto na Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010,* ***ficam obrigadas ao registro nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF)****:*

***I - as pessoas jurídicas que tenham por objetivo social o exercício de atividades profissionais privativas de arquitetos e urbanistas;***

***II - as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades privativas de arquitetos e urbanistas cumulativamente com atividades em outras áreas profissionais não vinculadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo;***

***III - as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades de arquitetos e urbanistas compartilhadas com outras áreas profissionais, cujo responsável técnico seja arquiteto e urbanista.***

*§1° O requerimento de registro de pessoa jurídica no CAU/UF somente será deferido se os objetivos sociais da mesma forem compatíveis com as atividades, atribuições e campos de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo.*

*§2° É vedado o uso das expressões “arquitetura” ou “urbanismo”, ou designação similar, na razão social ou no nome fantasia de pessoa jurídica se a direção desta não for constituída paritária ou majoritariamente por arquiteto e urbanista.*

Desta forma, em razão de sua atividade principal envolver “Serviços de Arquitetura”, conforme o descrito no CNPJ e na JUCISRS, que se constituem como atividades privativas da profissão de arquitetura e urbanismo, nos termos da Resolução CAU/BR nº 021/2012 e da Resolução CAU/BR nº 051/2013, torna-se obrigatório o registro da pessoa jurídica neste Conselho Profissional.

Outrossim, uma vez que a pessoa jurídica possui o termo “ARQUITETURA” em seu nome, o que demonstra de forma clara e cristalina que esta foi constituída por profissional da área, com o objetivo de explorar a profissão, não restam dúvidas de que é obrigatório o registro nesse Conselho, nos termos do art. 11, da Lei nº 12.378/2010.

~~A regularidade do Auto de Infração depende do preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 15[[1]](#footnote-1) e 16[[2]](#footnote-2), da Resolução CAU/BR nº 022/2012. Verifica-se, portanto, que o Auto de Infração foi constituído de forma regular e foi lavrado após o transcurso do prazo da notificação preventiva, sem que a parte interessada tenha efetivado a regularização da situação averiguada.~~

~~Por sua vez, observa-se que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R$ 2857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, verificada a situação de irregularidade, foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, conforme segue:~~

*~~Art. 35. As infrações ao exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo nos termos definidos nesta Resolução serão punidas com multas, respeitados os seguintes limites:~~*

*~~(...)~~*

*~~X – Pessoa jurídica sem registro no CAU exercendo atividade privativa de arquitetos e urbanistas;~~*

*~~Infrator: pessoa jurídica;~~*

*~~Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e máximo de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade;~~*

*~~XI – Pessoa jurídica sem registro no CAU e no CREA exercendo atividade compartilhada entre a Arquitetura e Urbanismo e profissão fiscalizada por este último conselho;~~*

*~~Infrator: pessoa jurídica;~~*

*~~Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e máximo de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade;~~*

*~~(...)”~~*

Entretanto, da análise da defesa tempestiva da autuada ao auto de infração, bem como dos demais elementos probatórios constantes dos autos, cabe salientar que:

- O processo de regularização da autuada junto ao CAU foi iniciado imediatamente após o recebimento da notificação preventiva, apenas não sendo finalizado até o limite do prazo.

|  |
| --- |
| **CONCLUSÃO** |

~~Deste modo, embora a multa imposta por meio do Auto de Infração no valor de R$ 2857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), tenha sido aplicado de forma correta e dentro dos prazos estipulados, acato a defesa realizada pela pessoa jurídica autuada, BARBARA FIGUEROA ARQUITETURA E URBANISMO, inscrita no CNPJ sob o nº 34.150.456/0001-50, considerando que o processo de regularização junto ao CAU foi iniciado imediantamente após o recebimento da Notificação preventiva, apenas não sendo finalziado até a limite do prazo e opino pelo arquivamento do Auto de Infração 1000139883 e cancelamento da multa imposta.~~

Desse modo, opino por deferir a defesa apresentada pela autuada, com o consequente arquivamento fundamentado do processo, com fulcro no art. 19, *caput* e § 2º, da Resolução CAU/BR nº 22/2012, uma vez que o processo de regularização da autuada junto ao CAU foi iniciado imediatamente após o recebimento da notificação preventiva, apenas não sendo finalizado até o limite do prazo.

Porto Alegre - RS, 26 de setembro de 2022.

Patrícia Lopes Silva

Conselheira Relatora

|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO  | 1000139883/2021 |
| PROTOCOLO | 1433910/2021 |
| INTERESSADO | F. E B. S. D. A. LTDA (B. F. A. E U.) |
| ASSUNTO | AUSÊNCIA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA  |
| **DELIBERAÇÃO Nº 083/2022 - CEP-CAU/RS** |

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente em Porto Alegre - RS, na sede do CAU/RS, no dia 26 de setembro de 2022, no uso das competências que lhe confere o inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando que a pessoa jurídica F. E B. S. D. A. LTDA (B. F. A. E U.), inscrita no CNPJ sob o nº 34.150.456/0001-50, foi constituída tendo como atividade principal “*Serviços de Arquitetura*”, conforme CNPJ (doc. 001), e, em seu objeto social, consta que a empresa foi constituída para o fim de “*EMPRESA DE ARQUITETURA E SERVIÇOS DE DESENHO TÉNCICO RELACIONADOS A ARQUITETURA*”, conforme JUCISRS (doc. 002), as quais se constituem como atividades privativas da profissão de arquitetura e urbanismo e estão sujeitas à fiscalização do CAU/RS;

~~Considerando que embora a multa imposta por meio do Auto de Infração no valor de R$ 2857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), tenha sido aplicado de forma correta e dentro dos prazos estipulados, acato a defesa realizada pela pessoa jurídica autuada, BARBARA FIGUEROA ARQUITETURA E URBANISMO, inscrita no CNPJ sob o nº 34.150.456/0001-50, considerando que o processo de regularização junto ao CAU foi iniciado imediantamente após o recebimento da Notificação preventiva, apenas não sendo finalziado até a limite do prazo e opino pelo arquivamento do Auto de Infração nº 1000139883 e cancelamento da multa imposta.~~

Considerando a defesa tempestiva ao auto de infração, bem como os demais elementos probatórios constantes dos autos;

**DELIBEROU:**

~~1. Por aprovar, unanimemente, o voto da conselheira relatora decidindo pelo arquivamento do Auto de Infração nº 1000139883/2021 e, consequentemente, cancelamento da multa imposta por meio deste, em razão de que a pessoa jurídica autuada, BARBARA FIGUEROA ARQUITETURA E URBANISMO, inscrita no CNPJ sob o nº 34.150.456/0001-50, ter procedido com a regularização do registro da empresa junto ao CAU.~~

1. Por aprovar, unanimemente, o voto da relatora, Conselheira Patrícia Lopes Silva, decidindo por deferir a defesa apresentada pela autuada, com o consequente arquivamento fundamentado do processo, com fulcro no art. 19, *caput* e § 2º, da Resolução CAU/BR nº 22/2012, uma vez que o processo de regularização da autuada junto ao CAU foi iniciado imediatamente após o recebimento da notificação preventiva, apenas não sendo finalizado até o limite do prazo; e
2. Por informar o interessado desta decisão concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto no art. 20, da Resolução CAU/BR nº 022/2012.

Porto Alegre - RS, 26 de setembro de 2022.

Acompanhado dos votos dos conselheiros Andréa Larruscahim Hamilton Ilha, Rafael Artico e Patrícia Lopes Silva, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

**Carlos Eduardo Mesquita Pedone**

Coordenador da Comissão de Exercício Profissional

1. ~~Art. 15. Esgotado o prazo estabelecido na notificação sem que a situação tenha sido regularizada, será lavrado o auto de infração contra a pessoa física ou jurídica notificada, indicando a capitulação da infração e da penalidade cabível.~~

~~§ 1° O auto de infração é o ato administrativo processual lavrado por agente de fiscalização do CAU/UF que instaura o processo administrativo e expõe os fatos ilícitos atribuídos à pessoa física ou jurídica autuada, indicando a legislação infringida.~~

~~§ 2° Caso os fatos envolvam, na atividade fiscalizada, a participação irregular de mais de uma pessoa física ou jurídica, deverá ser lavrado um auto de infração específico contra cada uma delas.~~ [↑](#footnote-ref-1)
2. ~~Art. 16. O auto de infração deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:~~

~~I – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica autuada, incluindo, se possível, CPF ou CNPJ, conforme o caso;~~

~~II – data do auto de infração e nome completo, número de matrícula funcional e assinatura digital do agente de fiscalização;~~

~~III – fundamentação legal por meio da qual o CAU/UF lavra o auto de infração;~~

~~IV – identificação da atividade fiscalizada, indicando sua natureza, finalidade e localização, além do nome e endereço do contratante, quando houver;~~

~~V – descrição detalhada da irregularidade constatada que caracteriza a infração, capitulação desta e da penalidade cabível, e valor da multa a que está sujeita a pessoa física ou jurídica autuada;~~

~~VI – indicação de reincidência infracional, se for o caso;~~

~~VII – indicação do prazo de 10 (dez) dias para que a pessoa física ou jurídica autuada efetue o pagamento da multa e regularize a situação ou apresente defesa à Comissão de Exercício Profissional do CAU/UF.~~

~~§ 1° Não será lavrado novo auto de infração referente à mesma atividade fiscalizada e contra a mesma pessoa física ou jurídica autuada antes do trânsito em julgado da decisão relativa à infração.~~

~~§ 2° Depois de lavrado o auto de infração a regularização da situação não exime a pessoa física ou jurídica das cominações legais.~~ [↑](#footnote-ref-2)